

# Resenha

Camila Goulart de Campos<sup>1</sup>

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). **Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras**. Vinhedo: Horizonte, 2012.

O livro “Teoria política e feminismo: abordagens brasileiras”, de Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli, apresenta uma coletânea de artigos de diversos intelectuais do país que abordam a teoria política e o feminismo. São reflexões sobre a agenda de pesquisa feminista brasileira e, também, sobre a própria análise desta temática no universo de pesquisa das Ciências Sociais.

Os organizadores do livro fazem uma separação didática dos diferentes momentos da pesquisa de teoria política feminista. Aparentam que, primeiramente, houve a definição das fronteiras do princípio da representação da política para as mulheres e, após, a ampliação do foco da observação da própria teoria, abordando a discussão sobre democracia, representação, justiça, cidadania, esfera pública, sociedade civil e Estado. Os principais expoentes dessa discussão da teoria política feminista são autoras e autores das últimas três décadas de debate acadêmico, como: Anne Phillips, Carole Pateman, Catherine Mackinnon, Chantal Mouffe, Iris Young, Nancy Fraser e Susan Okin, além de outras autoras que não são citadas na obra. As autoras citadas estão presentes nos textos do livro, que tem como objetivo redesenhar a política a partir do deslocamento na compreensão do sujeito e das identidades políticas.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPeL).

No Brasil, a teoria feminista tem pouca penetração na Ciência Política como um todo, pois a sua agenda de pesquisa predominante está voltada a questões institucionais, como partidos políticos, congresso, entre outros. Mesmo com este quadro, percebe-se que a teoria política no Brasil tem-se mostrado interessada nos argumentos das autoras feministas anglo-saxãs, como Fraser e Young, pois integram o cânone da teoria política trabalhada no país.

O livro possui um total de nove artigos, nos quais são discutidos os diversos aspectos estudados na teoria política e no feminismo no Brasil. No primeiro artigo, destaca-se a discussão entre o público e o privado a partir da perspectiva da teoria política liberal. Raquel Kritsch define a diferenciação liberal entre o público e o privado para distinguir os papéis sociais de homens e mulheres como dicotomia permanente entre Estado e sociedade, vida doméstica e vida pública. A autora se utiliza das análises de Susan Okin e de Carole Pateman para a compreensão das identidades sociais construídas sob a ótica patriarcal, que constitui esta separação entre o público e o privado, assim como entre o político e o não político, sob a ótica do estatuto patriarcal.

Já no segundo artigo, há a retratação do esforço de construção teórica e metodológica para a sofisticação das análises políticas no campo da teoria política e do feminismo (como é denominado por Miguel e Biroli). Marlise Matos constitui, em seu artigo, a delimitação de um campo crítico-emancipatório para as diferenças dos grupos identitários (organizados a partir do gênero, raça e sexualidade). A pergunta motivadora, proposta por Matos ao leitor no início do seu texto, está ligada à identificação do pensamento feminista na ciência e ao fator transformador do campo científico. A autora concebe os argumentos da pós-colonialidade e da transmodernidade para constituir as novas fronteiras epistemológicas emancipatórias. Na sua perspectiva analítica, Matos propõe que a forma “legítima” dos conhecimentos subalternos vem de baixo, originando uma crítica aos conhecimentos hegemônicos e científicos. A autora remete à ideia de justiça e de perspectiva social de Young para desenhar as fronteiras da epistemologia emancipatória, assim como a conceitos de outros autores, como Dussel e “a transmodernidade”, Quijano e a “socialização do poder”, e Mignolo e a “diversidade” enquanto projeto universal. Outros conceitos destacados para a construção das fronteiras emancipatórias são os de “diversidade anticapitalista descolonial, universal e radical”, de Grosfoguel, e de “pensamento heterárquico”, de Kontopoulos. Segundo a autora, são esses mecanismos de luta e socialização para partilhar o poder, pois não basta ser oprimido e simplesmente reconhecer e valorizar os aspectos dessa opressão.

No terceiro trabalho apresentado no livro, de autoria de Luis Felipe Miguel, há o diálogo com a questão identitária, enfocando a análise das justificativas para maior participação feminina nas instâncias de decisão política. Outra questão fundamental na discussão apresentada por Miguel é a utilização das noções de “política do desvelo” e “pensamento maternal” para justificar a diferenciação entre homens e mulheres no campo político. Segundo o autor, esses argumentos são empregados para subordinar as mulheres no mundo da política, condicionando o ingresso feminino à negação de seus próprios interesses e aspirações futuras no campo político. A importância dos mecanismos de cotas na política é justificada, por Miguel, com base em Young, através do conceito de “perspectiva social”, central na teoria da feminista norte-americana e também utilizado com profundidade nos trabalhos apresentados nesta obra. O autor também se utiliza de Phillips para problematizar os argumentos da chamada política do desvelo. Em oposição a esse aspecto, defende a presença das mulheres. Por fim, o autor atenta para a necessidade de ações afirmativas como tentativa de redistribuição do capital político e, até mesmo, de empoderamento dos segmentos sociais marginalizados.

A seguir, no quarto artigo, de Silvana Aparecida Mariano, há a apresentação, em linhas gerais, de uma iniciativa de construção de identidade coletiva para o feminismo a partir do pós-estruturalismo. Este capítulo procura mostrar que os debates teóricos que tratam da identidade e do sujeito do feminismo trazem, em sua essência, questões metodológicas, teóricas e políticas e, conseqüentemente, são fundamentais para uma análise adequada para a questão feminista. Para dar conta da proposta, a autora oferece uma síntese da discussão feminista, partindo da noção de sujeito social como universal atribuído à ideia de unidade. Com a crítica marxista, surgem a categoria de classe social e, com isso, as pensadoras feministas marxistas agregaram novos questionamentos ao sujeito liberal, constatando que a pretensa universalidade provoca o apagamento das verdades específicas. Mariano amplia o debate através do uso dos conceitos de feminismo e de gênero, expressão cunhada por Judith Butler sobre o véu do pós-estruturalismo teórico. A autora afirma que a luta do feminismo por uma concepção da mulher como um sujeito de luta política universal se apresenta insuficiente para responder tanto as demandas de mulheres negras e latino-americanas como um todo quanto atender às lutas políticas das feministas lésbicas. Conclui, assim, que a discordância entre as pensadoras feministas mantém o debate em aberto e tem como consequência, por um lado, a manutenção do paradigma dicotômico “igualdade” e “diferença”, por outro lado, contribui para o fazer acadêmico e político.

No próximo texto, é apresentada, por José Szwako, a discussão da ressignificação do político pela ótica feminista. Ele expõe o alcance e a radicalidade de algumas abordagens que perpassam a crítica específica das desigualdades de gênero. Szwako se utiliza das noções “pluralismo agonístico”, de Chantal Mouffe, e “política da diferença”, de Íris Young, para estabelecer a crítica à concepção de democracia liberal e avaliar os impactos do debate feminista sobre as distorções democráticas. De acordo com a visão do autor, o indivíduo não deve ter sua identidade apenas reduzida ao grupo, ou seja, ele pode possuir múltiplas identidades que podem ser compartilhadas socialmente. Assim sendo, modelos normativos que reproduzem o congelamento dessas identidades a um grupo específico, correm o risco de serem coniventes com o processo democrático liberal a quem imaginam estar criticando.

No sexto artigo, Léa Tosold, com o objetivo de discutir o essencialismo e o debate a respeito da política da diferença, assume um posicionamento crítico sobre a temática da universalidade, a qual sugere o apagamento do *self*. Em sua crítica, a autora atenta para a necessidade do chamado “projeto de politização de diferenças”, a fim de promover o questionamento do próprio sistema político. Assim, avalia os projetos políticos de Phillips e Young, que se destinam à transformação das desigualdades estruturais relacionadas às questões de gênero e de outros grupos subalternos. Ao confrontar os dois projetos políticos, a autora considera que são limitados no questionamento do sistema político. De acordo com o artigo, os projetos políticos de Phillips e de Young também apresentam aspectos essencialistas. Porém, o modelo proposto por Phillips pressupõe uma identificação social controversa de quem pertence ou não a determinado grupo, como pressuposto para que a representação proporcional possa vir a ter lugar. Young, por sua vez, compreende que as desigualdades estruturais e sociais não são apenas fatores históricos, e sim produtos do próprio sistema político, abrindo a possibilidade de um questionamento ao próprio sistema político, idealizado pela politização da diferença, recuperando a possibilidade de projetar um caminho para a justiça social capaz de dar conta das desigualdades dos grupos subalternos.

No texto seguinte, Biroli aborda as questões de gênero e da família, temas clássicos da teoria feminista. A análise do papel social desempenhado por homens e mulheres no âmbito familiar é incrementada e ampliada a partir da teoria de justiça. Para a discussão, a autora se utiliza do diálogo crítico entre Okin e Rawls. O primeiro estabelece uma crítica à construção teórica do segundo sobre a universalidade jurídica, apesar do fato de tal construção considerar o recurso da imparcialidade na busca entre relações de gênero e justiça. Por fim,

deve-se destacar que Biroli procura estabelecer a problematização da imparcialidade e conclui que a adesão aos pressupostos liberais, como no caso específico de Okin, estabelece uma relação dicotômica entre o público e o privado, sem deixar aflorar o potencial de uma teoria feminista da justiça.

Clara Araújo discute a temática “feminismo e poder político” através de um balanço geral do tema. Salienta aspectos do mecanismo de representação feminina nas instâncias de representação política. A autora justifica a necessidade de empoderamento das mulheres ao adentrarem o campo, a fim de conseguirem ganhos de capital político semelhantes aos dos homens. Outro aspecto marcante no trabalho de Araújo é o destaque à ambivalência da análise feminista em relação ao processo de institucionalização das mulheres no campo político, fato que pode ser constatado ao longo da história das políticas de gênero.

O último artigo desta obra é de Céli Pinto. Apresenta uma análise histórica do feminismo na modernidade ao averiguar as experiências ao longo dos séculos XX e XXI. Assim, pontua que os assuntos relacionados ao processo de institucionalização da mulher dependem das estratégias e das possibilidades de espaços de fala iguais aos dos homens na política. A autora utiliza-se de Judith Butler para afirmar que o feminismo é produzido e reprimido pelas mesmas estruturas de poder em que busca a emancipação, conferindo uma lógica dicotômica e, até mesmo, contraditória ao processo.

Coletâneas de artigos, muitos vezes, não possuem sentido de conjunto. Não é o caso da obra organizada por Biroli e Miguel. Embora apresente uma diversidade de temas e de abordagens, é possível identificar um fio condutor do debate: a importância do feminismo na teoria política contemporânea. Esta é sua grande novidade e, sem dúvida, motivo de interesse para os leitores.